



A V I S O

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE OITO POSTOS DE TRABALHO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO DETERMINADO (TERMO RESOLUTIVO CERTO A TEMPO PARCIAL / HORA) PARA TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DO ENSINO DA MÚSICA

NUNO MANUEL SOUSA PINTO DE CARVALHO GONÇALVES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA, FAZ SABER QUE:

Para cumprimento do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º do Decreto - Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro e de harmonia com a minha proposta de 24 de julho de 2012 que traz deliberação favorável tomada em Reunião de Câmara de 26 de julho de 2012, torna-se público que este Município aceita candidaturas para contratação do pessoal abaixo indicado, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial / hora, nos termos e condições seguintes :

1 – Número de postos de trabalho: 8 (oito).

2 – Categoria profissional: Técnico Superior (Docente de Música)

3 – Serviço a que se destinam: Desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico nos agrupamentos de escolas da rede pública do Concelho de Peso da Régua.

4 – Competência a cumprir/Actividade a desempenhar: Correspondentes ao grau 3 de complexidade funcional, nomeadamente: prestar serviço docente no programa de generalização do ensino das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico **na área da Música.**

5 – Duração do contrato: Tem início na data da assinatura do contrato e finaliza no dia 21 de junho de 2013.

6 – Possuir como requisitos de admissão:

6.1 – Os requisitos gerais, previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, Lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;

e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

6.2 – Os requisitos especiais previstos no artigo 16.º do Despacho n.º 8683/2011 que **procede** a alterações ao Despacho n.º 14460/2008, de 15 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 26 de Maio de 2008:

1 — Habilitações profissionais ou próprias para a docência da disciplina de Educação Musical ou Música no ensino básico ou secundário.

2 — Os técnicos de ensino da música podem ainda deter as seguintes habilitações:

a) Diplomados com um curso profissional na área da música com equivalência ao 12.º ano;

b) Detentores do 8.º grau do curso complementar de Música;

c) Frequência do 2º ano de um curso de música que confira habilitação para a docência;

d) Outros profissionais com currículo relevante.

3 — A contratação de profissionais referidos na alínea d) carece de autorização prévia da CAP, a quem compete analisar e atribuir ou não relevância ao currículo respectivo.

Não é admitida a substituição do nível habilitacional exigido por formação ou experiência profissional.

7 – Candidaturas:

7.1 – Forma: Mediante **preenchimento obrigatório de formulário electrónico no sítio da Direcção Geral de Recursos Humanos de Educação (www.dgrhe.min-edu.pt)**, dos dias 13 a 17 de Agosto de 2012 ;

8 – Métodos de selecção: Os métodos de selecção a utilizar no presente concurso, serão os seguintes:

a) Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) – Com uma ponderação de 60% na valoração final, expressa numa escala de 0 a 20 valores, visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. Foi elaborado um guião de entrevista, composto por um conjunto de questões directamente relacionadas com o perfil de competência previamente definido, associado a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise, avaliado segundo os seguintes níveis classificativos: Elevado – 20 valores; Bom – 16 valores; Suficiente – 12 valores; Reduzido – 8 valores; Insuficiente – 4 valores.

b) Avaliação Curricular (AC) – Com uma ponderação de 40% na valoração final, expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, onde serão considerados os elementos que assumem maior relevância para os postos de trabalho a ocupar, nomeadamente os seguintes: Habilitação Académica (HA); Formação Profissional (FP); Experiência Profissional (EP); *Habilitação académica* – Na habilitação académica será ponderada a nota final de curso.

Formação Profissional – Só serão consideradas as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função, sendo o seguinte o factor de ponderação: 2 valores por cada dia de formação (7 horas) até ao máximo de 20 valores.

Experiência Profissional – Só será contabilizado como tempo de experiência profissional o correspondente ao desenvolvimento de funções inerentes à categoria e actividade a contratar, atendendo ao seguinte factor de ponderação: 2 valores por cada ano de serviço até ao máximo de 20 valores.

A determinação da avaliação curricular será obtida por aplicação da seguinte fórmula: $AC = \frac{HA + FP + 2 EP}{4}$

4

8.1 – Classificação Final: A valoração final dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, por aplicação da seguinte fórmula: $CF = AC \times 40\% + EAC \times 60\%$

8.2 – Critérios de Desempate:

1º- Tempo total de serviço prestado nas AEC de Peso da Régua (em dias).

2º -Tempo total de serviço prestado no Ensino Público (em dias)

9 – Constituição da comissão de selecção:

EFFECTIVOS:

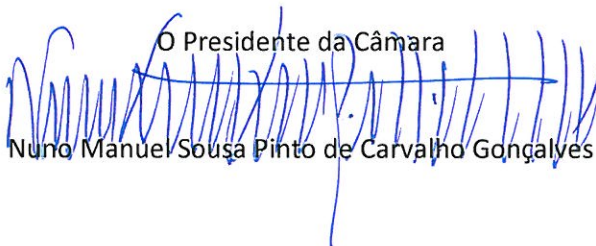
PRESIDENTE – Ricardo Alexandre Gonçalves Duarte, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social;

VOGAL- José Daniel Meireles de Almeida Lopes, Chefe da Divisão Administrativa e Gestão de Pessoal .

VOGAL – André Pereira Cardoso Marques, Técnico Superior

10 - Os candidatos que não forem colocados nas vagas agora postas a concurso, ficarão vinculados a um possível processo de recrutamento, a efectuar em substituições que possam vir a surgir até ao final do ano escolar 2012/2013.

Paços do Município de Peso da Régua, aos 31 de julho de 2012.

O Presidente da Câmara

Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves